

O Armamento das Fortificações Coloniais, do Descobrimento à Época Pombalina

Sérgio Paulo Muniz Costa*

Reprodução de conferência proferida no Seminário *Fortificações Portuguesas no Brasil* realizado, em 25 de novembro de 1999, no Auditório da Reitoria da USP.

O estudo dos feitos militares na história do Brasil é uma tarefa complexa, só tornada possível através de uma coerência do legado histórico-cultural da Nação. Nesta quadra final do século, às vésperas dos quinhentos anos do Descobrimento, é possível enxergar uma coerência nos fatos que construíram a nossa história. Os fatos históricos seriam então como a imagem de um es-

pelho, através da qual a nacionalidade, despida dos ornamentos das conveniências políticas e intelectuais, veria a si própria como um corpo estruturado e amadurecido. Claro está que essa imagem não é plástica, mas sim intuída, mais sinestésica nesse nosso caleidoscópio cultural do que explicável pela nossa literatura, o que talvez justifique o noviciado de instituições tão caras para nossa modernidade.

O histórico êxito das nossas armas em tempos e geografias distintos é causa e consequência da grandeza do Brasil. Causa por não ter sido essa vasta unidade obra do acaso. Consequência pela impossibilidade de nosso espírito marcial ser maior do que um patrimônio tão auto-suficiente. Plu-

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Sócio titular do IGHMB.



ricontinental na sua formação cultural, coincidência histórica de unidades superpostas, continentalidade explicada por um talento marítimo e único império dentro de suas fronteiras, o Brasil pode, e deve, ser explicado também pelos seus feitos militares personificados em figuras emblemáticas de uma época, acontecimento ou instituição. Afinal, não é difícil reconhecer que a falta ou o fracasso de alguns deles poderia ter-nos trazido a um patamar histórico bastante diferente daquele em que hoje nos colocamos face ao passado e ao futuro.

As fortificações coloniais constituem um importante capítulo da História Militar do Brasil. Muitas vezes silenciosa e, por que não dizer, desconhecida, essa página da nossa história foi decisiva para a formação de nossa nacionalidade e representa, por outro lado, uma tradição distinta de outras nações e instituições militares. Nossos fortes, que começaram medievais, tiveram papel diverso do representado pelos castelos da Idade Média na Europa. Confundem-se com o processo geopolítico da formação de nossas

fronteiras, enfrentaram inimigos externos, ocasionalmente com a ajuda do indígena, antecipando-se muitas vezes à colonização, e legaram à memória nacional a imagem da defesa vitoriosa, diferentemente do ocorrido nos Estados Unidos. A participação militar efetiva das fortificações no Brasil acontece durante o período colonial, chegando ao clímax no século XVIII. Portanto, a história das fortificações coloniais no Brasil é singular, pelo seu contexto e conteúdo.

O instrumento de ação mais evidente das fortificações coloniais foi o seu armamento, através do qual repeliam os assaltos ou cumpriam sua missão de defesa ou controle de passagens. No entanto, não se pode deixar de incluir como elementos de ação das fortificações, além do armamento propriamente dito, os homens que as guarneciam e as diretrizes políticas ou estratégicas que orientaram suas construção e manutenção. Estende-se assim o conceito de armamento como instrumento de ação, levando-se em conta o que pode ser chamado de *armamento humano* e *armamento político*. Sem competência

profissional e vontade política de construir e manter, as fortificações coloniais jamais teriam se sustentado.

O primeiro tópico do roteiro desta exposição, *As Fortificações na História Militar do Brasil*, destina-se a caracterizar a importância da sua atuação, como verdadeiras armas da nacionalidade em sua fase embrionária.

O segundo tópico aborda os armamentos típicos das fortificações, considerando outros, além do canhão.

O terceiro tópico, mais amplo e tema central desta exposição, *O Canhão e o Artilheiro no Brasil do Século XVIII*, completa nosso tríptico enfoque - armas, homens e política - que permeia a trilogia que anima todas as ações de uma defesa nacional, em quaisquer tempos - Dever, Poder e Querer.

AS FORTIFICAÇÕES COLONIAIS NA HISTÓRIA DO BRASIL

As fortificações estão presentes na paisagem brasileira, muitas vezes em plena cidade, como monumentos testemunhais da formação da nacionalidade. No Brasil, elas se confundem com o canhão, que se

tornou instrumento do poder do Estado no século XV, e esteve presente, desde os primeiros momentos no processo de colonização brasileiro.

Antes de estudarmos as fortificações coloniais, com o foco no século XVIII, devemos considerar alguns antecedentes em Portugal e no Brasil. Portugal já possuía, no século XVI, um considerável poder de fogo com as frotas das Índias. Uma das primeiras conseqüências da perda de autonomia portuguesa em 1580 foi o enfraquecimento da sua artilharia, com o fechamento de casas de pólvora, controle das fundições pelos espanhóis e emprego de considerável parcela do material de artilharia português na Invencível Armada.

No Brasil, no auge da Guerra Holandesa, os patriotas empregaram, de forma audaciosa, a artilharia do Forte do Asseca, construído sigilosamente, para bater alvos terrestres e navais na entrada do porto do Recife, provocando efeito estratégico, com a retirada dos holandeses de Itaparica para acorrer à nova ameaça. Às vésperas da Restauração, é organizada, em Portugal, a

Aula de Fortificação e Artilharia de Ribeira das Naus, em 1679.

Mais de 840 fortificações foram construídas na América portuguesa, das quais subsistem 119, algumas delas em bom estado de conservação. Sua localização no atual mapa brasileiro caracteriza a função geopolítica que desempenharam. Observa-se o seu adensamento nos pontos críticos do território e o seu lançamento estratégico nos anecúmenos.

O ritmo de sua construção variou ao longo de nossa história. Inicialmente, observa-se uma crescente fortificação, centrada no litoral, que atingiu seu ápice no final da Guerra Holandesa. No início do século XVIII, ocorre novo surto de fortificação, que vai ter sua máxima expressão na expansão e consolidação das fronteiras. Esse último processo foi particularmente importante do ponto de vista territorial, uma vez que, além de incorporar vastas regiões ao patrimônio nacional, manteve íntegro o Estado do Brasil, face a perigosas tentativas de amputação territorial no sul pelos espanhóis e no centro-sul pelos franceses.

OS ARMAMENTOS DAS FORTIFICAÇÕES COLONIAIS

Outros armamentos, além do material de artilharia, guarneciam as fortificações coloniais. Com a adoção do sistema de pederneira, esses mosquetes e bacamartes de muralha se tornaram mais eficazes. Anteriormente, o sistema de mechas denunciava o número e a presença das armas nas muralhas, aspecto explorado como ardid, em algumas ocasiões da Guerra Holandesa, pelos defensores.

O fogo do armamento leve era muito importante para hostilizar as trincheiras de aproximação nos sítios e deter os golpes de mão. Obstáculos combinavam-se como o fogo para tornar as fortalezas no século XVIII num importante elemento da arte militar.

O CANHÃO E O ARTILHEIRO NO BRASIL DO SÉCULO XVIII

Produto de uma educação, instrumento de poder e senhor dos espaços geográficos, o artilheiro no Brasil do século XVIII teve uma atuação que ultrapassou lar-

gamente o limitado alcance de suas bocas-de-fogo.

Para a compreensão desse papel do artilheiro, é importante considerar alguns aspectos que caracterizaram aquele período em terras brasileiras.

Em primeiro lugar, o eixo econômico do Brasil deslocou-se para o sudeste e centro-oeste, devido à descoberta das riquezas mineiras - ouro e diamante. Novas necessidades de segurança, nas minas, estradas e portos, surgiram desse deslocamento. Por outro lado, a descoberta deu nova dimensão à metrópole, particularmente do ponto de vista econômico, o que se refletiu no incremento das medidas de defesa da Colônia pelo Governo português, que agora, além de dever, podia e queria, ainda mais, fazê-lo.

Como ocorrera no século XVII durante a Guerra dos Trinta Anos, que *escreveu a sangue o endereço do Brasil*, nas palavras de Gilberto Freyre, o século XVIII trouxe novas inflexões no poder mundial, que se refletiriam no Brasil. O foco do conflito dessa vez foi a Região Sul. Logo no início do século ocorreu a Guerra de Sucessão

Espanhola, que trouxe as agressões francesas, seguindo-se mais tarde, entre 1756 e 1763, a tremenda confrontação da Guerra dos Sete Anos, conflito que prefigurou o equilíbrio de poder mundial por quase duzentos anos e definiu o mapa das Américas. Não haveria, como não há até hoje, maneira de ficar o Brasil fora do alcance de um conflito desdobrado no Atlântico Sul. O Rio de Janeiro foi atacado em 1710 e 1711, estando a ponto de ser invadido e ocupado em 1762. No sul, a *fronteira do vaivém* oscilou, de fato ou de direito, ao sabor da sorte das armas. A Ilha de Santa Catarina foi pivô e alvo de diversas operações militares, luso-brasileiras e espanholas.

A administração do Marquês de Pombal, homem forte do Governo português, entre 1750 e 1777, é outro ponto essencial para a compreensão deste longo século XVIII no Brasil, merecendo um desdobramento adequado.

O primeiro aspecto que marcou a administração de Pombal, Primeiro-Ministro de D. José I, foi a organização das Companhias de Comércio no norte e nordeste

do Brasil, que receberam o monopólio comercial naquelas regiões segundo os objetivos da política econômica de Pombal que visava ao fortalecimento do comércio e, conseqüentemente, da eco-

Como ocorrera no século XVII durante a Guerra dos Trinta Anos, que escreveu a sangue o endereço do Brasil, nas palavras de Gilberto Freyre, o século XVIII trouxe novas inflexões no poder mundial, que se refletiriam no Brasil.

nomia de Portugal, pela passagem do seu controle às mãos de portugueses e brasileiros. A efetivação desse projeto passava necessariamente por um fortalecimento do aparato militar.

A reforma educacional em Portugal foi em grande parte testada no Brasil, com a substituição de processos e agentes educacionais religiosos por laicos, o que haveria de repercutir na produção de livros e tratados.

Para secularizar a Inquisição, Pombal estimulou a Real Mesa Censória, destinada a controlar o que poderia ser lido pelo público português, mas também para estimular o Iluminismo e, de uma certa forma,

estimular a entrada de outras idéias no País, conforme nos mostra o instigante trabalho Kenneth Maxwell - *Marquês de Pombal, Paradoxo do Iluminismo*.

Mas o aspecto mais importante para o Brasil durante essa administração pombalina foi o estabelecimento de diretrizes geopolíticas que, combinadas às outras medidas de Pombal, configuraram o território brasileiro. O executor dessas diretrizes no norte e centro-oeste do Brasil foi ninguém menos do que Mendonça Furtado, irmão do próprio Pombal, Governador do Grão-Pará até 1759. Incentivos às manufaturas e às plantações de algodão e arroz foram acompanhadas por um vigoroso processo de fortalecimento militar, mediante a construção de fortalezas e organização de milícias regionais. No mapa correspondente, pode-se verificar como a fronteira oeste e norte brasileira foi delineada pela ação de Pombal.

No centro-sul do País os franceses atacaram, em 1710 e 1711, o Rio de Janeiro, tendo sucesso na segunda oportunidade, o que causou enorme prejuízo à cidade e à Coroa. Algum

tempo depois, os espanhóis, inconformados com a criação da Colônia do Sacramento, fundaram Montevideu e com esse ato selam, a médio prazo, o destino do posto avançado português, que auferia consideráveis rendimentos a Portugal com o contrabando. Em 1736, o espanhóis atacam a Colônia do Sacramento e o Brigadeiro Silva Pais, incumbido do socorro à praça sitiada, toma a inteligente iniciativa que se mostraria vital para definição do limite sul do Brasil - a fortificação de Rio Grande - seguida, a partir de 1739, pela fortificação da Ilha de Santa Catarina, o trampolim brasileiro no Atlântico Sul.

Os êxitos militares no Rio Grande e Santa Catarina favoreceram a ocupação que levou ao Tratado de Madri. Por sua vez, a efetivação do Tratado de Madri exigiu ingentes esforços e uma nova guerra, a Guaránica, travada contra as lideranças indígenas que se recusavam a aceitar a nova soberania.

Rio Grande fortificada proporcionava a base segura para o avanço ao limite natural próximo, o que foi feito em 1762, com a cons-

trução do Forte de Santa Tereza, no Chui.

O ataque bem-sucedido de Duguay-Troin ao Rio de Janeiro, em 1711, produziu uma boa iconografia e aguçou a velha ambição francesa por uma colônia sul-americana. Os amargos reveses da Guerra dos Sete Anos e a percepção francesa de Portugal como uma mera dependência britânica, levaram a planos de um ataque geral ao Rio de Janeiro em 1762, que acabou não se concretizando. Os esmero da espionagem francesa pode ser aquilatado na minúcia da elaboração de uma planta da cidade e suas fortificações, de acordo com o pensamento militar da época. O Rio de Janeiro, em 1762, era, sem dúvida, uma presa tentadora, e sua conquista, além de perfeitamente razoável, segundo os relatórios de serviços de inteligência, alteraria profundamente o curso da história do Brasil.

As fortificações no Rio de Janeiro, reforçadas com a criação do Terço de Artilharia e reformadas por diversas obras, cumpriram o seu papel dissuasório. A reforma militar promovida por Pombal, com a atuação do Conde de Lippe, estendeu-se ao

Brasil, aonde chegaram militares profissionais europeus, como o Tenente-General Böhm e o engenheiro militar Jacques Funk, este último responsável pelo levantamento e reforma de inúmeras fortificações.

As fortificações no Rio Grande e Santa Catarina, encetadas por Silva Pais, foram decisivas para o estabelecimento da fronteira sul do Brasil. A Fortaleza de Jesus, Maria e José, construída em Rio Grande, foi originalmente concebida como um conjunto de quatro baluartes, cobrindo a passagem no canal do Rio Grande, ou sangradouro da Lagoa dos Patos.

As fortificações de Santa Cruz e São José da Ponta Grossa, juntamente com a de São José de Ratonés, configuravam um conjunto poderoso que defendia a entrada da baía norte da Ilha de Santa Catarina, que obrigou a mobilização de mais cem navios espanhóis para sua conquista, em 1777.

Em 1762, inicia-se a reação espanhola no sul. Rio Grande é conquistada, bem como a margem norte do canal. Segue-se a reconquista, pelos luso-brasileiros, da margem norte, quatro anos depois, e a tentativa espa-

nhola de conquista de Rio Pardo, só não efetivada graças às façanhas de Rafael Pinto Bandeira. Os espanhóis retiveram Rio Grande e fortificaram Santa Tecla, próximo à atual Bagé. O Tratado de Madri passou a ser, na prática, em decorrência das ações militares, letra morta. A militarização da fronteira sul produzira, a essa altura, personalidades, figurinos e tradições militares, como as unidades de artilharia, infantaria e os dragões do Rio Grande, célula-máter da nossa cavalaria nas campanhas sulinas.

O canal do Rio Grande permanecia como o grande divisor das forças espanholas e luso-brasileiras, situação inaceitável para os últimos. A transferência para o Rio de Janeiro e, daí, para o sul dos regimentos de linha Moura, Bragança e Extremoz, por determinação de Pombal, permitiu que os luso-brasileiros acumulassem suficiente poder de combate para reconquistar Rio Grande, o grande objetivo da guerra no sul. Isso aconteceu entre 31 de março e 2 de abril de 1776, mediante uma brilhante operação anfíbia ordenada pelo Tenente-General Böhm. O suces-

so luso-brasileiro produziu imediata reação castelhana, partindo do Vice-Reinado do Prata a portentosa expedição à Santa Catarina que, conquistada, seria, no entanto, devolvida por força do Tratado de Santo Ildefonso, que, mais uma vez amparado nas armas, delimitava os domínios ibéricos na América do Sul. Ficava, no entanto, a fronteira da linha geral do Rio Grande assegurada. Estava finda a era do canhão e do forte no Brasil meridional.

Antes de findar-se o longo século XVIII português, em 1807, com a emigração da família real para o Brasil, caudilhos rio-grandenses, em meio às tropelias de mais uma guerra europeia, conquistariam, em 1801, as Missões, restabelecendo, pelas armas, o Tratado de Madri.

No centro-oeste e no norte desenvolvia-se, entretanto, um processo distinto, onde a edificação diligente e silenciosa se antecipava aos combates. Com uma percepção digna de povo navegador, os portugueses ocuparam em força pontos geográficos que consolidaram uma nova fronteira, estimulados pela política pombalina dirigida e executada

por homens do quilate de Mendonça Furtado, Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e Ricardo de Almeida Franco. O

Com uma percepção digna de povo navegador, os portugueses ocuparam em força pontos geográficos que consolidaram uma nova fronteira, estimulados pela política pombalina dirigida e executada por homens do quilate de Mendonça Furtado, Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e Ricardo de Almeida Franco.

Forte Coimbra, atacado em 1801, e o Forte Príncipe da Beira, jamais atacado devido ao seu porte, são os exemplos maiores dessa dissuasão pela antecipação geográfica-militar.

Salvador, que fora capital do Brasil até 1763, não teve sua defesa descurada depois de tantos sofrimentos e em meio a renovadas ameaças. O panorama social da cidade incorporara as fortificações, como se vê em conhecida iconografia da cidade de 1779. Essas fortificações, algumas construídas no século XVI, compunham um conjunto formidável de defesas, que dissuadiu potências

agressores. Miralles, em sua notável *História Militar do Brasil*, narra os sucessivos esforços de governadores para aperfeiçoar as defesas da cidade, bem como nos dá conta dos não poucos sofrimentos por que passava a tropa numa extenuante rotina de guardas, vigílias e trabalhos de melhoria nas fortificações.

A Aula do Terço de Artilharia do Rio de Janeiro, reorganizada em 1740, sistematizou o ensino de artilharia e fortificações que se iniciara em 1699. Nessa instituição, temos o início do ensino superior no Brasil, tomado como raiz da Escola de Engenharia, do Instituto Militar de Engenharia e da Academia Militar das Agulhas Negras.

Antes mesmo de Pombal, o expoente paradoxal do Iluminismo em Portugal, ascender ao poder, já podia ser percebido, naquele país, um crescente espírito especulativo e analítico que explica algumas iniciativas e presenças na vida cultural e científica da metrópole e da Colônia. Uma delas foi, sem dúvida, o *Exame do Artilheiro*, escrito em

1742, por José Fernandes Pinto Alpoim, por ordem do Governador Gomes Freire de Andrade, que fazia questão de cercar-se de oficiais cultos e competentes. Dividido em três partes e quatro apêndices, o *Exame do Artilheiro*, procurava sistematizar os procedimentos do artilheiro, podendo ser considerado uma obra precursora nas Américas.

Seu autor, o Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, destacara-se nas campanhas peninsulares e foi designado para exercer a função de Sargento-Mor do Terço de Artilharia do Rio de Janeiro, cumulativamente com o cargo de lente da Aula de Fortificação e Artilharia. Sua atuação se fez sentir em outras áreas, como nos projetos e fiscalização de diversas obras no Rio de Janeiro e Minas Gerais. Alpoim também combateu na Guerra Guaránítica, provavelmente tomando parte no combate de Caiboté, em 1756, no qual houve expressiva participação das artilharias portuguesa e espanhola.

O *Exame do Artilheiro* é um tratado que descreve detalhadamente o

canhão, os instrumentos do artilheiro, a munição, a palamenta e as características principais do material de artilharia, procurando padronizar os procedimentos táticos e técnicos da Arma. Essa era uma grande preocupação da metrópole, formar quadros militares na Colônia capazes por si só de defendê-la, uma situação que sempre distinguiu o Brasil, particularmente sob a ótica de Pombal, que disse ao Governo inglês que

os rebeldes norte-americanos estavam fazendo com as tropas inglesas o que os *fiéis vassalos de Vossa Majestade fizeram contra os holandeses.*

CONCLUSÃO

No delineamento da extensa fronteira brasileira, o forte, o artilheiro e o canhão tiveram honroso e destacado papel. É impossível separá-los, a não ser do ponto de vista didático, para fins de estudo. A

compreensão do seu papel deve ser integradora, unindo as percepções *educacional*, do *Exame do Artilheiro*, como produto de um racionalismo sistematizador; *política*, nas ações de Gomes Freire e Pombal; *militar*, na determinação e competência dos que construíram e defenderam ao extremo, e *cultural*, que, também através das armas, engendrou uma sociedade colonial que deixava aos poucos de sê-lo sem saber. ☉

*“Coragem é resistência ao medo,
domínio do medo, e não ausência do medo.”*

Mark Twain

“A guerra é sempre uma falência da diplomacia.”

Alberto da Costa e Silva

*“Que é a bandeira? É um pano e é uma nação,
como a cruz é um madeiro e é toda uma fé.”*

Coelho Neto

“Tenhamos a coragem de nossos atos.”

Monteiro Lobato